

Bancários retomam negociações por igualdade de oportunidades

Dirigentes sindicais bancários retomaram no dia 29 de fevereiro os debates com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) na mesa temática sobre igualdade de oportunidades. Houve pequenos avanços em relação às reivindicações apresentadas pelos sindicalistas da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em 26 de agosto de 2011.

Um dos avanços está relacionado à conquista da Campanha Nacional dos Bancários de 2010 de extensão da licença-maternidade para 180 dias. Reivindicado pela categoria, o direito passou a constar da Convenção Coletiva assinada com a Fenaban naquele ano. Segundo dados do INSS coletados pelos bancos a pedido dos sindicalistas, 90,79% das 11.087 bancárias que tiraram licença-maternidade em 2011 solicitaram a extensão.

Os bancos ampliaram o programa de capacitação e profissionalização de pes-



A diretora do Sindicato Adilma Nunes (quarta da esq. para a dir.): "pesquisa sobre a discriminação nos bancos é fundamental"

soas com deficiência que começou na capital paulista. Estão previstas duas turmas, uma no Rio e outra em Belo Horizonte, com início em agosto. O objetivo da Contraf e dos sindicatos é que o programa chegue a todos os estados.

COMPROMISSO NÃO CUMPRIDO

No entendimento dos bancos não há necessidade de um novo Mapa da Diversidade, um censo realizado na categoria em 2008 por orientação do

Ministério Público. A pesquisa constatou que mulheres (negras e brancas), negros e pessoas com deficiência eram discriminados.

Os sindicalistas lembraram que a realização da nova pesquisa foi um compromisso assumido não apenas com a Contraf e sindicatos de bancários, mas também com entidades do movimento negro, Ministério Público e instituições ligadas a questões da mulher. Os bancos alegaram que o monitoramento semestral, com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), substituiria o Mapa da Diversidade. A representante da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (Gros) do Sindicato dos Bancários do Rio, Adilma Nunes, criticou a negativa, alegando que o Mapa da Diversidade comprovou a existência de discriminação no setor bancário. "Uma nova pesquisa é fundamental para comprovar se houve ou não melhora nesta realidade, nestes quatro anos", afirmou a dirigente.

Homenagem à Eliana Calmon, a mulher que veio para punir os maus juízes



Por sua coragem em investigar o Poder Judiciário, punindo os maus juízes, a Corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon Alves, vem recebendo apoio da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, enfrenta interesses corporativos. Entidades representativas dos magistrados, além de fazerem seguidas críticas à corregedora, entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a restrição dos poderes do Conselho Nacional de Justiça. O STF, no entanto, manteve o

poder do CNJ para promover investigações.

Sem papas na língua, a corregedora chegou a declarar que a "magistratura está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga". Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 1999, Eliana assumiu em 2010 a Corregedoria prometendo tolerância zero com os corruptos. Já em sua posse, avisou que seria "implacável com a corrupção, prática a ser banida do âmbito do Poder Judiciário" esclareceu. O CNJ, criado em 2004, é o órgão de controle externo de toda a Justiça brasileira. Tem autonomia, dentre outras medidas, para punir administrativamente magistrados que cometam irregularidades. A atuação do

CNJ tem desagradado os tribunais.

Eliana Calmon decretou uma devassa em 22 tribunais estaduais, em busca de possíveis acúmulos patrimoniais de juízes e desembargadores incompatíveis com seus ganhos salariais. Com isso, cerca de 216 mil desembargadores, juízes, servidores e seus familiares entraram na linha de tiro da ministra, que disse que em São Paulo 45% dos magistrados omitem seus bens aos órgãos de controle. A corregedora nasceu em Salvador (BA), em 1944. Formou-se em Direito em 1968.



Jornal BANCÁRIO 82

Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro
Ano LXXXII 8 a 12/3/2012 - Nº 4530 - www.bancariosrio.org.br



Igualdade, ainda que tardia!

Muita água ainda vai rolar sobre as pedras da luta pela igualdade entre bancários e bancárias. Numericamente, os dois gêneros estão quase parados: 48,48% delas e 51,52% deles, na ocupação de postos de trabalho nos bancos.

Já em relação aos salários, ó... Elas ficam bem atrás. Muitas vezes injustamente. Para verificar se é verdade, convém recorrer à recente pesquisa da subseção do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Contraf-CUT. A pesquisa foi feita com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. Nos bancos públicos, as mulheres representam 42,97% e, nos privados, são maioria com 53,05%.

GANHANDO MENOS

Segundo o Dieese, do total de 234.203 mulheres empregadas em bancos no Brasil, 71,67% têm curso universitário completo, contra 66,52% dos trabalhadores do sexo masculino. Apesar de mais escolarizadas, as mulheres ganham em média 24,10% a menos que os homens. É nos bancos privados que a disparidade se eleva. A remuneração das mulheres nos Itaú, Bradesco, HSBC e Santanderes da vida é 29,92% inferior à dos homens. Já nos bancos público a diferença salarial média entre trabalhadores e trabalhadoras é 15,25%.

A pesquisa do Dieese constatou que nas ocupações numericamente mais expressivas, as mulheres são maioria entre "profissionais de



comercialização e consultoria de serviços bancários", "agentes, assistentes e auxiliares administrativos", "gerentes de comercialização, marketing e serviços bancários" e "operadoras de telemarketing". A característica comum entre todas as ocupações citadas é a ligação com a venda de produtos e serviços ou por estarem relacionadas a atendimento ao público.

As diferenças salariais entre homens e mulheres com doutorado chegam a 53,25%. Enquanto o salário médio de um homem com doutorado é de R\$ 12.595,93, o de uma bancária com o mesmo grau de escolaridade é R\$ 5.889,10.

MEIOR PERSPECTIVA DE CARREIRA

Ainda segundo a pesquisa do Dieese, as mulheres são maioria nas faixas de idade entre 17 e 39 anos. A partir dos 40 anos, tornam-se minoria. Os dados revelam que os homens chegaram ao final de três décadas ocupando cerca de 17 mil vagas, quase o

preferência dos bancos pela presença de jovens em seu quadro de funcionários.

MULHERES NEGRAS: DUPLA DISCRIMINAÇÃO

A discriminação em relação à mulher negra é ainda maior, pois ela sequer tem acesso ao emprego na mesma proporção que outros setores. Nos bancos, apenas oito em cada grupo de 100 trabalhadoras são negras, de acordo com o Mapa da Diversidade de 2009.

APROPRIÇÃO INDÉBITA

As discriminações prejudicam as mulheres, mas tampouco favorecem os homens. A diferença salarial que não é repassada aos bancários nem às bancárias, é automaticamente apropriada pelo banco, aumentando ainda mais os seus lucros, concentrando renda e rebaixando a média salarial da categoria.

triplo dos 6 mil postos de trabalho das mulheres com o mesmo tempo de casa. A saída precoce de mulheres dos bancos pode ser reflexo tanto da dificuldade de obterem promoção e de terem acesso a cargos de maior prestígio e remuneração, quanto da

Projeto pune a diferença

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou, no último dia 6, como homenagem ao Dia da Mulher, projeto de lei que determina igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupem a mesma função em uma empresa. Como a votação foi em caráter terminativo, seguirá direto para a sanção da presidente Dilma Roussef, caso não haja pedido para votação em plenário. A proposta prevê multa para a empresa que pagar salário menor a mulheres que executarem tarefas iguais às dos homens.

Ato do 8 de Março

Um ato público unificado vai comemorar o Dia Internacional da Mulher, nesta quinta, no Largo da Carioca, das 12h às 18h.

Antes, a partir das 10h, o Sindicato fará distribuição de rosas nas agências.

Rede contra a violência

A Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e o Instituto Magna Mater lançaram uma campanha de não violência contra a mulher intitulada “Quem ama abraça”, visando buscar um diálogo sobre a questão com a sociedade. No núcleo da campanha, estão dados alarmantes, por exemplo: a cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil. E ainda, seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher que foi vítima de violência, 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica e outros. Para saber mais sobre a campanha, acesse o site www.quemamaabrace.org.br

LIVRO GRÁTIS

Conservatória é tema de ex-bancária

O volume dois do livro do Projeto “Conservatória Meu Amor” – Jovem também gosta de Serenata, da ex-bancária Marluce Magno, já está disponível para <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Marluce trabalhou no ex-Bamerindus (HSBC), de 1975 a 1981. O projeto foi idealizado por ela em parceria com Elenice Lessa, também moradora da cidade.

Brasileiras são mais felizes

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 158 países, apontou a mulher brasileira a mais feliz de todas. Elas atribuíram nota 8,98 para a expectativa de felicidade nos próximos cinco anos. No mundo, o nível médio de felicidade, segundo as mulheres, é de 6,74. Essa é a quarta edição da pesquisa e, em todas elas, o povo brasileiro apareceu em primeiro lugar, batendo os países europeus.

Sindicato apoia Sayonara Grillo

O Sindicato apoia a candidatura da advogada Sayonara Grillo à vaga do Quinto Constitucional da Advocacia, para compor o pleno de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro).

Com 20 anos de carreira, parte deles defendendo os direitos dos bancários como advogada do Sindicato, Sayonara tem plenas condições de ocupar o cargo pleiteado na magistratura.

FOTO: NANDO NEVES



Diretoras e funcionárias do Sindicato comemoram o 8 de Março na companhia do presidente da entidade, Almir Aguiar, e do representante do setor LGBT, Adilson Barros

Datas, fatos & Lutas

1910 - Durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, Clara Zetkin propôs que fosse celebrado em todo o mundo o Dia Internacional das Mulheres, a exemplo das mulheres socialistas dos Estados Unidos que organizavam o Dia das Mulheres dedicado à luta pelo direito ao voto.

1932 - Brasileiras conquistam o direito de votar, ainda sob uma série de condições. As casadas poderiam votar com a permissão do marido, enquanto as viúvas e as solteiras teriam que dispor de renda.

1946 - Conquista da plena igualdade de voto em relação aos homens. O voto feminino passou a ser obrigatório.

1968 - O então Banespa aceitou pela primeira vez o acesso de mulheres ao cargo de auxiliar de escritório; o sistema financeiro era um território exclusivamente masculino.

1971 - O Banco do Brasil aceitou pela primeira vez o ingresso de mulheres.

1977 - O “8 de Março” foi reconhecido oficialmente pela Nações Unidas como momento de mobilização para a conquista de direitos e para discutir as discriminações e violências morais, físicas e sexuais ainda sofridas pelas mulheres.

1986 - A CUT cria a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora.

1994 - ACUT aprova a cota mínima de 30% de participação dos sexos nas direções da central.

1998 - O tema Igualdade de Oportunidades torna-se um dos eixos das campanhas nacionais dos bancários, enquanto que na mesa de negociação a Fenaban negava a discriminação no local de trabalho.

2000 - Os bancários conseguiram pela primeira vez incluir a seguinte cláusula na Convenção Coletiva: “Igualdade de Oportunidades”.

2001 - A pedido do movimento sindical, o Dieese lança o primeiro grande diagnóstico na categoria intitulado “O Rosto dos Bancários”, no qual aponta as discriminações de gênero e de etnia.

2003 - O governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2006 - Com base nas denúncias do movimento sindical e envolvimento dos movimentos sociais, o Ministério Público do Trabalho pressiona os bancos a fazer um novo diagnóstico da categoria por meio de uma pesquisa.

2007 - Os sindicatos de todo o Brasil chamam a categoria para participar do censo organizado pela Febraban intitulado o “Mapa da Diversidade” – metade da categoria responde.

2009 - Foi comprovada mais uma vez a discriminação de gênero, etnia e contra a pessoa com deficiência nos bancos, através do resultado do Mapa da Diversidade – a Fenaban divulga plano de ação para correção destas distorções.

2011 - Dilma Rousseff é eleita primeira mulher presidenta da República.

2012 - Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por unanimidade, confirmar a validade da Lei Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica.

Dia de mulher

Puseram em dúvida a origem do dia da mulher. Alguns afirmam que centenas de operárias viraram cinzas nas brasas do capital. Outros porque elas queriam direito a voto e fim da jornada extenuante de trabalho. E desarmadas traziam nas mãos pão e rosas. Por fim, dizem que foi numa conferência no reino dinamarquês

que a data foi criada. Mas quem precisa de origem para o dia dessas guerreiras, se elas trazem na alma o aroma de flor, e sutis como o beija-flor detêm poder para gerar a vida, transformar o mundo e plenas de ternura são a metade preciosa do gênero humano.

Mazola Barreto de Lima

Lei Maria da Penha agora é de primeira linha

FOTO: NANDO NEVES



Maria da Penha: símbolo da luta contra a violência doméstica

agressor, independentemente da iniciativa da mulher agredida.

Representantes dos movimentos populares, de mulheres, e de todos que são contra a violência à mulher comemoraram. No ano passado, o STF já havia indeferido o *habeas corpus* 106212, da Defensoria Pública da União, contra a abrangência da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), melhorou ainda mais o *status* deste instrumento legal. O próximo passo, para o aumento da abrangência da Lei 11.340/06 é a inclusão do namorado como agressor, mesmo em caso de namoro terminado. O assunto está sendo apreciado na Câmara dos Deputados, onde será votado.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em sessão do dia 9 de fevereiro pela constitucionalidade da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Os ministros do STF entenderam, pela expressão de seu presidente, Carlos Ayres Brito, que “o grau de civilização de um povo se mede pelo grau de proteção à mulher”. Na mesma sessão, o Supremo eliminou a representatividade da vítima em processo criminal contra o agressor. Agora, qualquer pessoa pode denunciar a agressão e representar contra o